

2 — De 16 de maio de 1990 a 4 abril de 1997 exerceu as funções de técnico e de 4 de abril de 1997 a 1 de dezembro de 2007 exerceu as funções de técnico superior na Divisão de Energia Elétrica do Serviço de Energia da Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRE-LVT), desenvolvendo as seguintes atividades: apreciação técnica de projetos de subestações, postos de transformação, postos de seccionamento, linhas de distribuição em média tensão e baixa tensão, grupos geradores, centrais de cogeração, centrais eólicas, centrais fotovoltaicas e instalações de utilização; vistorias às instalações elétricas para verificação da sua conformidade com as normas de segurança em vigor; análise de reclamações e de pedidos de esclarecimento de ordem técnica do público e de técnicos responsáveis por instalações elétricas; trabalhos de estudo e análise para efeitos de pareceres de interpretação regulamentar; inquéritos a acidentes de origem elétrica; membro da Comissão Técnica da DGE-CT63 em representação da DRE-LVT; auditorias a Empresas de Manutenção de Ascensores (EMA) para efeitos de inscrição na DGEG; auditorias de acompanhamento a Entidades Inspetoras (EI) para efeitos de reconhecimento na DGEG.

206545176

Gabinete de Estratégia e Estudos

Despacho n.º 15258/2012

A Portaria n.º 341/2012 de 26 de outubro, definiu a estrutura nuclear do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego, abreviadamente designado GEE, fixando, ainda, o número de unidades flexíveis a criar e as competências cometidas às diferentes unidades orgânicas.

Considerando as atribuições muito específicas do GEE o qual concentra, entre outras atribuições, o apoio técnico à formulação de políticas, o planeamento estratégico e a avaliação global de resultados obtidos.

Considerando a necessidade de existir pessoal afeto à prossecução de atribuições transversais a todas as unidades orgânicas do GEE, mas que não consubstanciam matéria específica de nenhuma delas, na dependência direta do seu Diretor, visando assegurar a adequação deste serviço às necessidades de funcionamento e de otimização dos seus recursos;

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 116/2011, de 5 de dezembro, e da alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, as unidades flexíveis são criadas por despacho do dirigente máximo do serviço, a quem compete igualmente definir as respetivas atribuições e competências.

Nestes termos, é criada no GEE, pelo presente despacho, a seguinte unidade flexível, que funcionará na dependência direta do Diretor:

1 — Divisão de Planeamento e Apoio, à qual incumbe apoiar tecnicamente a Direção do GEE na prossecução das atribuições transversais a todas as suas unidades orgânicas, nomeadamente, o apoio aos dirigentes e serviços do GEE em articulação com a Secretária-Geral e colaborar na preparação dos instrumentos de gestão, avaliação e controlo previstos na lei e monitorizar a sua implementação.

2 — O presente despacho produz efeitos na data de 1 de novembro de 2012.

20 de novembro de 2012. — O Diretor, *João Reis Carvalho Leão*.
206549778

Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 1720/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 5.º, n.º 3 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeada, em regime de substituição, Diretora de Serviços de Planeamento, Gestão e Controlo da Delegação Regional do Algarve, a licenciada Paula Cristina dos Reis Clérigo, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das

funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

2012-11-22. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguilar*.

Nota Curricular

Paula Cristina dos Reis Clérigo, nascida a 20 de janeiro de 1976. Licenciada em Economia, pela Unidade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade do Algarve.

Ingressou no IEFP, IP, a 15 de outubro de 1998 como estagiária no Centro de Emprego de Vila Real de Santo António afeta ao Núcleo de Serviços de Gestão. No período compreendido entre 25 de outubro de 1999 e 6 de agosto de 2000, exerceu funções de técnica superior no Núcleo de Serviços de Gestão do Centro de Emprego de Vila Real de Santo António, desempenhando tarefas nas áreas administrativa, financeira e simultaneamente na área do emprego.

No período compreendido entre 7 de agosto de 2000 e 6 de janeiro de 2004, exerceu funções de técnica superior na Direção de Serviços Administrativos e Financeiros dos Serviços de Coordenação da Delegação Regional do Algarve.

Em 2002, integrou o grupo de trabalho do IEFP, IP, que teve por objetivo a implementação de um Sistema Integrado de Gestão Orçamental, Administrativa e Financeira (SIGOFA), como representante da Delegação Regional do Algarve nas áreas de Aquisições e Património.

Em janeiro de 2004, foi promovida, por concurso, a técnica superior Assessora.

No período compreendido entre 7 de janeiro de 2004 e 31 de maio de 2007, exerceu o cargo de Chefe de Divisão da Administração Geral da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros da Delegação Regional do Algarve, desempenhando funções de coordenação, planeamento e controlo das atividades relacionadas com as Aquisições, Património e Viaturas.

No período compreendido entre 1 de junho de 2007 e 31 de dezembro de 2007, exerceu funções de técnica superior Assessora na Divisão Financeira da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Algarve.

Foi promovida, por concurso, a técnica superior Consultora em janeiro de 2008.

No período compreendido entre 1 de janeiro de 2008 a 23 de agosto de 2010, exerceu funções de técnica superior Consultora na Divisão Financeira da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Algarve.

Na sequência de procedimento concursal, exerce, desde 24 de agosto de 2010 até à presente data, o cargo de Chefe de Divisão da Divisão Financeira da Direção de Serviços de Gestão da Delegação Regional do Algarve.

206548262

Deliberação (extrato) n.º 1721/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 5.º, n.º 5 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeado, em regime de substituição, Diretor-Adjunto do Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento, o licenciado Álvaro Isidro Cândido Henrique, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

22 de novembro de 2012. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguilar*.

Nota Curricular

Álvaro Isidro Cândido Henrique, nascido em 23 de fevereiro de 1975. Licenciado em Gestão de Empresas, pela Universidade Lusíada.

Iniciou a atividade no Instituto de Emprego e Formação Profissional em abril de 1999, realizando um estágio profissional.

Em 2000 foi integrado no IEFP, IP, como Técnico Superior, no Centro de Emprego de Portimão.

Em fevereiro de 2002, integrou como interlocutor regional, um grupo de trabalho do IEFP, I. P., que teve por objetivo a implementação de um

novo sistema de gestão informática, integrado o Departamento de Gestão Administrativa e Financeira — Sistema Integrado de Gestão Orçamental, Administrativa e Financeira (SIGOFA) — como representante do módulo de Reembolsos.

No mês de janeiro de 2003, foi formador interno, no âmbito das ações de formação de implementação do SIGOFA — Reembolsos.

Em 2006 integrou grupo de trabalho de desenvolvimento e implementação do MACORE — Manuais de processos e procedimentos da área financeira — Contabilidade Geral, Analítica e Reembolsos.

Entre julho de 2006 e maio de 2007, exerceu funções como Coordenador do Núcleo de Gestão, no Centro de Emprego de Portimão.

No mês de maio de 2008, foi formador interno, no âmbito das ações de divulgação dos manuais de procedimento da área financeira — MACORE.

206548408

Deliberação (extrato) n.º 1722/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 5.º, n.º 4 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeado, em regime de substituição, Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro, o licenciado João Nuno Correia Arroja Neves, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

2012-11-22. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguiar*.

Nota Curricular

João Nuno Correia Arroja Neves, nascido em 16 de maio de 1972. Licenciado em Economia pela Universidade do Algarve, em 1997. Pós-graduado em Gestão Empresarial pela Universidade do Algarve, em 2001.

Foi Técnico Superior no NERA (Associação Empresarial da Região do Algarve), entre novembro de 1997 e agosto de 1998.

Técnico superior de 2.ª classe na CCR Algarve, na Estrutura de Apoio Técnico do RIME (Regime de Incentivos às Microempresas), entre agosto de 1998 e junho de 2000.

Em julho de 2000 entrou para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, nos Serviços de Coordenação da Delegação Regional do Algarve, como estagiário, tendo ingressado nos quadros em Janeiro de 2001.

No período compreendido entre julho de 2000 e junho de 2001 foi Técnico Superior responsável pela Rede Regional para o Emprego Algre-Ria Formosa.

Entre julho de 2001 e março de 2004 foi Técnico Superior da Direção de Serviços de Planeamento Operacional e Controlo de Gestão.

Foi Chefe de Divisão de Informática e Controlo de Gestão, na Delegação Regional do IEFP no Algarve, entre março de 2004 e maio de 2007.

No período compreendido entre junho de 2007 e agosto de 2010 foi Técnico Superior na Divisão Financeira.

De setembro de 2010 a janeiro de 2012 foi Técnico Superior na Divisão de Formação Profissional.

Desde 18 de janeiro de 2012 é Diretor do Centro de Formação Profissional de Faro, em regime de substituição.

Foi formador interno de aplicações informáticas internas. Coautor do “Estudo de Caracterização da Estrutura Económica do Algarve”, promovido pela Universidade do Algarve e NERA, 2008.

Atividade de dirigente associativo nas áreas da intervenção cívica, desporto e fotografia. Orador em diversas conferências sobre emprego e formação. Colaborador em jornais regionais.

Deputado Municipal desde 2009.

206548319

Deliberação (extrato) n.º 1723/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 5.º, n.º 4 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD),

por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeado, em regime de substituição, Diretor do Centro de Emprego e Formação Profissional do Alentejo Litoral, o licenciado Rui Nuno Albano Dias Ernesto, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

2012-11-22. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguiar*.

Nota Curricular

Rui Nuno Albano Dias Ernesto, nascido a 16 de junho de 1974, é desde 12 de setembro de 2007 Chefe de Serviços da Unidade de Gestão e Desenvolvimento da Qualificação no Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém do IEFP, tendo sido Chefe de Serviços da Unidade de Formação entre 2004 e 2007, cargo que desempenhou interinamente sem nomeação, entre 2002 e 2004.

Foi Técnico Superior entre 1999 e 2002 (inclui um ano de estágio profissional com duração de 1764 horas), no Centro de Formação Profissional de Santiago do Cacém do IEFP, com funções de organização e acompanhamento de ações de formação; elaboração de formulários de candidatura e execuções intermédia e final no âmbito do QCA II e QCA III, emissão de certificados e apoio aos utentes para acesso a certificação profissional.

Entre 1998 e 1999 foi Subgerente da Eurest Portugal — Sociedade Europeia de Restaurantes, L.ª, Área de Serviço de Alcácer do Sal, com funções de controlo orçamental; controlo de armazém; atendimento ao público, organização e coordenação da equipa constituída por cerca de 90 colaboradores e entre 1992 e 1998 prestou apoio a clientes e à direção, na Ermóvel — Móveis e Decoração de Mobiliário.

É membro da Comissão de Análises de Processos de Consulta Prévia desde novembro de 2005;

Vogal do Júri do Concurso Internacional n.º 20082100055, no âmbito da aquisição de serviços de fornecimento de refeições e serviços de bar; vogal do Júri do Concurso Público Internacional n.º 20072100601, no âmbito da aquisição de serviços de vigilância.

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Dinensio CRL — Universidade Moderna (1992 — 1998), a frequentar Mestrado em Gestão de Recursos Humanos (componente curricular concluída) na Universidade de Évora, desde 2010.

Formação complementar em Gestão de Contratos, Políticas Europeias e Nacionais no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida, Avaliação do Desempenho, Educação e Formação de Adultos, Medidas e Programas de Emprego — Formação Profissional, Gestão por Objetivos no Âmbito do SIADAP, Delegação de Competências, Organização do Trabalho e Gestão do Tempo, Manual de Aquisições, Formação de Formadores Consultores de PME.

206548562

Deliberação (extrato) n.º 1724/2012

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 5.º, n.º 4 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabelece o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo de 15 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeada, em regime de substituição, Diretora do Centro de Emprego de Loulé, a licenciada Sandra Vidal Azenhas, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular em anexo, com efeitos a 19 de novembro de 2012.

2012-11-22. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Francisco d'Aguiar*.

Nota curricular

Sandra Vidal Azenhas, nascida a 16 de junho de 1975.

Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade do Algarve (1993/1997).

Desde 2004 exercício de funções como técnica superior assessora no Centro de Emprego de Loulé.

De 1998 a 2003 exerceu funções como técnica superior no Centro de Emprego de Loulé.